

DESENVOLVIMENTO, CONFLITOS E IMPACTOS AMBIENTAIS: A TERRITORIALIZAÇÃO DA SUZANO E A RESISTÊNCIA CAMPONESA NA MESORREGIÃO LESTE MARANHENSE

*Development, conflict and environmental impacts: the territorialization of Suzano and peasant resistance in
the mesoregion Leste Maranhense*

*Desarrollo, conflictos e impactos ambientales: la territorialización de Suzano y la resistencia campesina en
mesoregión Leste Maranhense*

José Arnaldo dos Santos Ribeiro Júnior¹

Daniel Madson Vieira Oliveira²

Saulo Barros da Costa³

Resumo

Este artigo visa compreender o processo de *territorialização* da empresa Suzano Papel e Celulose na mesoregião Leste Maranhense, bem como os *conflitos* e *impactos ambientais* oriundos do desenvolvimento de suas atividades sobre territórios camponeses nos municípios de Anapurus, Milagres do Maranhão, Santana do Maranhão, Santa Quitéria do Maranhão e Urbano Santos. Baseado em trabalhos de campo e na discussão teórica em foco entende-se a Suzano como um poderoso agente econômico monopolista que transforma o território a partir de relações capitalistas de produção com a finalidade de realizar os seus objetivos. Dessa forma, o processo de territorialização da Suzano é analisado de maneira *multiescalar* como produtor de conflitos no escopo do *desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo*. A seleção do universo empírico, que diz respeito à escolha dos povoados, levou em consideração o confronto de lógicas distintas de apropriação do território. Ou seja, opera-se com o pressuposto de que existe, por um lado, a lógica territorial dos grupos sociais atingidos e, por outro lado, a lógica daqueles que gerenciam os projetos de desenvolvimento. Assim, o conflito, que configura um contexto de disputas territoriais envolvendo diferentes formas de significação do modo de vida e reprodução material a partir dos agentes sociais neles inseridos, é entendido contraditoriamente, uma vez que concebe o desenvolvimento do capitalismo no campo de modo *dialético, histórico e materialista*. Nesse sentido, o caderno Conflitos no Campo - Brasil 2012, publicado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) registra nos municípios citados anteriormente um total de 702 posseiros e 50 assentados que estão em *conflito* com a Suzano. Este artigo tem caráter qualitativo e adotou como procedimentos metodológicos: levantamento de material bibliográfico, imagens, bem como identificação e seleção de áreas para trabalho de campo.

Palavra-chave: Camponeses; Suzano Papel e Celulosa; Impactos Ambientais; Desenvolvimento.

Abstract

This article aims to understand the process of territorialization of Suzano Pulp and Paper in the mesoregion Leste Maranhense, as well as conflicts and environmental impacts originated from the development of their activities on peasant territories in Anapurus, Milagres do Maranhão, Santana do Maranhão, Santa Quitéria do Maranhão and Urbano Santos. Based on field work and theoretical

¹ Mestrando em Geografia Humana na Universidade de São Paulo. E-mail: aj_ramone@hotmail.com

² Mestrando em Geografia na Universidade Federal Fluminense. E-mail: danielmadson@hotmail.com

³ Doutorando em Geografia na Universidade Federal do Pernambuco. E-mail: sauloungido@gmail.com

discussion in focus understands Suzano as a powerful monopoly economic agent which transforms territory starting from capitalist social relations of production with the purpose of achieve their objectives. Thus, the Suzano's territorialization process is analyzed so as multiscale producer conflicts within the scope of capitalism uneven geographical development. The selection of the empirical universe, the choice of villages, took into consideration the clash of logics of appropriation of territory. In other words, it operates with the assumption that there is, on the one hand, the territorial logic of social groups affected and, on the other the logic of those who manage development projects. Thus, the conflict, which sets the context of territorial disputes involving different forms of signification of the way of life and material reproduction from social agents embedded in them, is understood contradictorily once we conceive the development of capitalism so dialectical, historical and materialist. In this sense, the book *Conflitos no Campo - Brasil 2012*, published by the Comissão Pastoral da Terra (CPT) records in the municipalities previously mentioned a total of 702 squatters and 50 settlers. This article is qualitative and adopted as instruments: survey of bibliographic material, images, and identification and selection of areas for fieldwork.

Keywords: Peasants; Suzano Papel e Celulosa; Environmental Impacts; Development.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo comprender el proceso de territorialización de la empresa Suzano Papel e Celulose en mesorregión Leste Maranhense, así como los conflictos y los impactos ambientales derivados del desarrollo de sus actividades en los territorios campesinos de los municipios de Anapurus, Milagres de Maranhão, Santana do Maranhão, Santa Quitéria do Maranhão y Urbano Santos. Basado en trabajos de campo y en la discusión teórica en pantalla, entendemos la Suzano como un poderoso agente económico monopolístico que transforma el territorio desde las relaciones capitalistas de producción con el fin de lograr sus objetivos. Así, el proceso de territorialización de Suzano se analiza en forma multiescalar como productor de conflictos en el alcance del desarrollo geográfico desigual del capitalismo. La selección del universo empírico, que se refiere a la elección de los poblados, se tuvo en cuenta la confrontación de diferentes lógicas de apropiación del territorio. Es decir, trabaja con la hipótesis de que existe, por un lado, la lógica territorial de los grupos sociales afectados y, en segundo lugar, la lógica de los que manejan proyectos de desarrollo. Por lo tanto, el conflicto, que establece el contexto de las disputas territoriales que implican diferentes formas de significación de la forma de vida y reproducción material de los agentes sociales incrustados en ellos, se entiende de manera contradictoria, ya que concibe el desarrollo del capitalismo en el campo de forma dialéctica, histórica y materialista. En este sentido, lo cuaderno *Conflitos no Campo - Brasil 2012*, publicado por la Comissão Pastoral da Terra (CPT) registra en los municipios anteriormente citados un total de 702 ocupantes y 50 colonos que están en conflicto con Suzano. Este artículo es de carácter cualitativo y adoptado como procedimientos metodológicos: la encuesta de material bibliográfico, imágenes y de identificación y selección de áreas para el trabajo de campo.

Palabras-clave: Campesinos; Suzano Papel e Celulose; Impactos ambientales; Desarrollo.

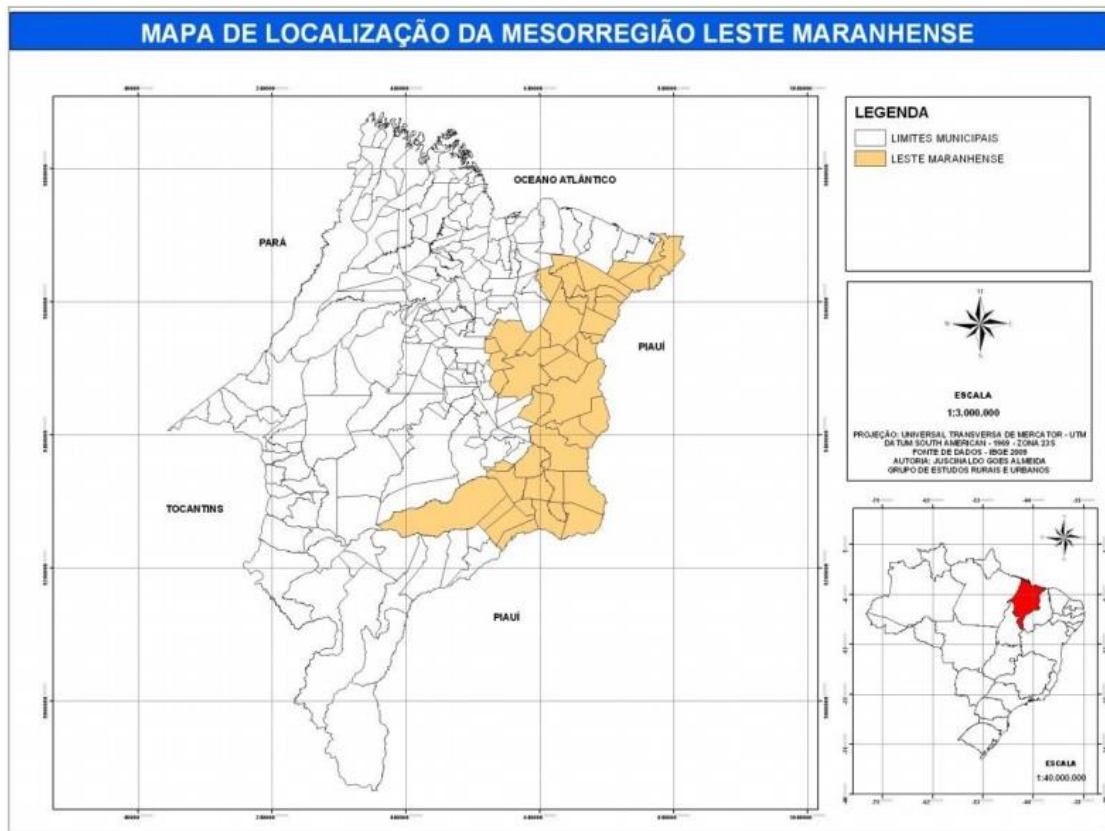
INTRODUÇÃO

Este artigo aqui apresentado é resultado de análises acerca das diversas estratégias de acumulação que a Suzano Papel e Celulose tem lançado mão buscando consolidar-se como uma das maiores empresas nos setores de celulose de mercado e papel, além é claro, de respaldar sua imagem de responsável socialmente e sustentável ambientalmente. Não obstante, grupos sociais, como os camponeses, são atingidos diretamente pelas atividades produtivas concretas da Suzano, cujas ações empreendedoras deflagraram rápidos processos de apropriação de territórios, levando a reelaboração de concepções mentais de mundo, qualificando-as como subdesenvolvidas, e fazendo, portanto,

com que seus significantes e significados, suas cosmologias sejam inferiorizadas e ditas atrasadas. Esse discurso tem sido naturalizado por mecanismos de internalização como o marketing ambiental e empresarial da Suzano, cujos ancoradouros são os ideais de modernidade e progresso.

A articulação entre plantio florestal e indústria de papel e celulose tem imposto aos camponeses deslocamentos, realocações, desestruturação do modo de vida, supressão da diversidade biológica e social. O alcance deste artigo restringe-se à Suzano. A partir dessa empresa argumentamos que suas investidas têm produzido uma gama de conflitos e impactos ambientais, em especial na mesorregião Leste Maranhense⁴ (FIGURA 01).

Figura 01 - Mapa com a localização da mesorregião Leste Maranhense.



Fonte: PAULA ANDRADE et al, p. 15, 2012.

Assim, partimos da *hipótese* de que a Suzano Papel e Celulose desenvolve um *modelo de agricultura capitalista* que acarreta *conflitos e impactos ambientais*, na exata medida em que,

⁴ A Mesorregião Leste Maranhense é uma das cinco mesorregiões do Maranhão. Esta mesorregião é composta de seis microrregiões: Coelho Neto, Codó, Chapadinha, Baixo Parnaíba Maranhense, Caxias, e Chapadas do Alto Itapecuru.

contraditoriamente, promove a *resistência camponesa frente à apropriação das suas terras*. Argumenta-se, portanto, a necessidade de uma *leitura geográfica* deste movimento do capital com o intuito de estabelecer uma reflexão crítica sobre como a Suzano tem lançado mão de variados *mecanismos de acumulação*, para ampliar seus lucros, gerar receita e converter o discurso de sustentabilidade numa estratégia ampla de mercadificação da terra e do trabalho.

TERRITORIALIZAÇÃO DA SUZANO E A RESISTÊNCIA CAMPONESA NA MESORREGIÃO LESTE MARANHENSE

O desenvolvimento do capitalismo no campo processa-se pelas contradições inerentes ao próprio sistema capitalista que ao se desenvolver, promove dialeticamente o desenvolvimento de relações não-capitalistas como é o caso do trabalho familiar camponês (OLIVEIRA, 2001; MARTINS, 2010). Além disso, apesar de a concentração da propriedade da terra continuar no centro da problemática agrária, esta tem passado a se relacionar também com formas de privatização e mercadificação de processos biofísicos (como a captura de carbono), de códigos genéticos e de etnosaberes, que estão implicadas em um emaranhado de formas de valorização do capital, por vezes contraditórias entre si. O movimento de produção e reprodução do capital é responsável pela distribuição desigual no espaço e no tempo da valorização das terras agrícolas, do trabalho e dos recursos naturais e está relacionado à emergência de uma série de conflitos no campo. Assim, o campo brasileiro deve ser entendido à luz do seu *desenvolvimento geográfico desigual*⁵ (MARQUES, 2011).

Para tanto é preciso entender os processos e lógicas que resultaram em conflitos ambientais a partir de um esforço que tenha como fito recuperar o nascimento e os desdobramentos do modelo de desenvolvimento decorrente das investidas dos Governos Ditatoriais, instalados após o Golpe Militar de 1964, objetivando a industrialização e, conseqüentemente, a modernização do Brasil. Nesse contexto, o governo federal projeta a

⁵ Advogamos que a leitura do capitalismo contemporâneo, para além da dicotomia desenvolvido-subdesenvolvido, deve tomar como base a *teoria do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo*. Esta teoria tem sido desenvolvida por dois geógrafos anglófonos: Neil Smith (1988) e David Harvey (2004, 2006). Procurando demonstrar o caráter geográfico do desenvolvimento desigual, Neil Smith, partindo de uma análise marxista, atrela o conceito filosófico de *produção do espaço* ao mecanismo analítico-geográfico das *escalas* com o intuito de espacializar a economia política capitalista. Nesse sentido constata uma dialética entre diferenciação e equalização geográficas; Por sua vez, a teoria do desenvolvimento geográfico desigual para David Harvey é de fundamental importância para a compreensão da fase de globalização neoliberal vivida pelo capitalismo. Não só porque ela nos revela as *espacializações* do capital nas mais diferentes escalas (global, nacional, regional, local), mas também porque permite compreender as diversas *lutas de classes* nessas mesmas escalas. Se o capital se globaliza, a luta de classes se globaliza, mesmo que não seja na mesma intensidade de poder.

instalação da infraestrutura (estradas de rodagem, ferrovias, portos, aeroportos, usinas hidrelétricas) justificada como necessária ao desenvolvimento do Brasil.

O Estado pensa a industrialização como o ponto de partida para se atingir a modernidade e o desenvolvimento. Consequentemente, a lógica do discurso e das práticas produtivas concretas tem como foco a superação do atraso socioeconômico através da dinâmica industrial.

Na esteira desse processo, o Estado do Maranhão representa foco de iniciativas desenvolvimentistas. A principal delas foi o Programa Grande Carajás “concebido para garantir a exploração e comercialização das ricas jazidas de minério localizadas no sudeste do Pará” (AQUINO; SANT’ANA JÚNIOR, 2009, p. 47), que, com conseqüências em uma grande área de influência e vários ramos de atividade econômica, constituiu-se na expressão mais visível deste modelo de desenvolvimento. No Maranhão, os desdobramentos desse projeto e de outras iniciativas desenvolvimentistas levaram à implantação da infraestrutura necessária para a exploração mineral, florestal, agrícola, pecuária e industrial. Por conseguinte, desde o final da década de 1970, foram implantados: estradas de rodagem cortando todo o território estadual e ligando-o ao restante do país; A Estrada de Ferro Carajás, conectando a província mineral de Carajás (sudeste do Pará) ao litoral maranhense, focada no Complexo Portuário de São Luís, formado pelos Portos do Itaqui (dirigido pela Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP), da Ponta da Madeira (de propriedade da Vale) e da ALUMAR, alimentando também oito usinas de processamento de ferro gusa às margens dessa estrada de ferro; Uma grande indústria de alumina e alumínio (ALUMAR) e bases para estocagem e processamento industrial de minério de ferro (Vale) na Ilha do Maranhão; Um centro de lançamento de artefatos espaciais (Centro de Lançamento de Alcântara – CLA); *Projetos de monocultura agrícola* no sul, sudeste e leste do Estado; Bem como, mais recentemente, a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, a Termelétrica do Porto do Itaqui e a Refinaria Premium I da Petrobrás.

Toda essa amálgama de iniciativas desenvolvimentistas e modernizantes, decorrentes de planejamentos governamentais e/ou envolvendo a iniciativa privada, tem provocado profundos impactos ambientais, alterando biomas e modos de vida de camponeses e indígenas, por meio de reordenamento territorial e socioeconômico de áreas destinadas à implantação das mesmas. Os impactos de projetos de desenvolvimento têm provocado, na qualificação de Henri Acselrad, uma série de *conflitos ambientais*:

[...] aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferentes de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de

apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis - transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc. (ACSELRAD, 2004, p. 26).

No caso do Maranhão, este Estado tem sido palco, assim como vários outros da federação, da proliferação de conflitos ambientais. Seja no bioma amazônico, seja no *cerrado* da mesorregião Leste Maranhense, os projetos de desenvolvimento implantados têm resultado no comprometimento da relativa autonomia que indígenas e camponeses têm em relação ao seu território. O avanço da agricultura capitalista tem ocasionado mudanças socioeconômicas em ritmos cada vez mais velozes, tal como tem sido observado com o avanço do agronegócio da soja e do eucalipto.

Neste contexto, o avanço da agricultura capitalista frente ao campesinato do Leste Maranhense foi materializado pelas empresas MARGUSA, MARFLORA e Suzano Papel e Celulose - desde a década de 1980. Segundo Paula Andrade (1995), a MARGUSA (Siderúrgica Maranhão Gusa S/A) foi fundada em 1985 por empresários maranhenses com incentivos da SUDENE [Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste] e vendida, posteriormente ao grupo japonês Yanmar do Brasil S/A. No ano de 2003, a MARGUSA foi comprada pelo grupo siderúrgico GERDAU. Já a MARFLORA era o braço florestal da MARGUSA.

Dessa forma, pesquisas anteriores (PAULA ANDRADE, 1995) focaram no impacto oriundo da transformação do cerrado nativo em carvão vegetal para a metalurgia do ferro e do aço (siderurgia), tanto para silvicultura na microrregião classificada pelo IBGE de Baixo Parnaíba, localizada na mesorregião Leste Maranhense, quanto para a agricultura camponesa.

Tais pesquisas destacaram as transformações na estrutura agrária maranhense como resultado da implantação de projetos industriais, agropecuários e florestais, historicamente situados ao longo das décadas de 1970, 80 e 90, que, por sua vez, tem decorrido no que Wolf (1984) denominou de *crise ecológica*. O que está posto em discussão é a degradação de elementos da natureza, classificados pela lógica capitalista como *recursos*, trazendo, conseqüentemente, comprometimento ao modo de vida camponês.

Paula Andrade (1995) constatou ainda o cercamento de áreas de cerrado - as *chapadas*⁶ - e a destruição da cobertura vegetal, por parte de agentes econômicos, que visavam se apropriar de elementos da natureza (flora, fauna, corpos hídricos) sobre os quais as famílias camponesas exercem o extrativismo, a caça e a pequena criação de animais. Uma vez cercadas as áreas de uso comum, as famílias camponesas têm seu modo de viver ameaçado.

No Leste Maranhense, após a destruição considerável do cerrado nativo, com vistas à siderurgia, projetos de desenvolvimento têm sido operados por grupos econômicos que objetivam a produção madeireira, como é o caso da Suzano Papel e Celulose.

O presente artigo apresenta parcialmente o desenvolvimento geográfico da Suzano Papel e Celulose e seu processo de *territorialização*⁷ no Maranhão. Particularmente, a análise volta-se para entender os conflitos ambientais decorrentes dos projetos de desenvolvimento da referida empresa em algumas *comunidades* ou *povoados*⁸ camponeses do Leste Maranhense.

Participamos de dois períodos de trabalho de campo⁹, nos municípios de Santa Quitéria do Maranhão e Urbano Santos, respectivamente nos meses de janeiro e março de

⁶ Segundo Paula Andrade (2011), são formações florestais típicas do cerrado onde os camponeses exercem atividades de caça, extração de mel, de plantas medicinais, de materiais para a construção de casas e, sobretudo, de criação de animais soltos.

⁷ Assim, a proposta teórica de análise da Suzano no campo maranhense está em sintonia com a perspectiva de Oliveira (2004) que distingue dois processos: a territorialização do capital monopolista e a monopolização do território pelo capital monopolista. Em suas palavras: “No primeiro mecanismo no qual o capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para ser trabalhadores para a indústria, comércio ou serviços, quer para ser trabalhadores assalariados no campo (boias-frias). Nesse caso, a lógica especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital se desenvolve na sua plenitude.

Já no segundo mecanismo, quando monopoliza o território, o capital cria, recria, redefine relações camponesas de produção familiar. Abre espaço para que a economia camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social. O campo continua povoado, e a população rural pode até se expandir. Nesse caso, o desenvolvimento do campo camponês pode possibilitar, simultaneamente, a distribuição da riqueza na área rural e nas cidades, que nem sempre são grandes” (OLIVEIRA, 2004, p. 42). Para o nosso caso em questão, pelo que foi pesquisado até o presente momento, compreendemos que a Suzano está propriamente se territorializando no Estado do Maranhão. Isso porque ela é na mesma pessoa jurídica o capitalista, o dono dos meios de produção, e o proprietário de terras, que vive da renda fundiária. Ou seja, duas classes sociais em uma (OLIVEIRA, 2004).

⁸ “*Comunidade* é o termo usual na região, para indicar, genericamente, o conjunto das famílias que reside e cultiva nas localidades pesquisadas. De inspiração católica, desde o período das chamadas *comunidades eclesiais de base*, nos anos 70, tem sido empregado indistintamente para indicar o conjunto das famílias de uma localidade, muito embora existam, internamente a esses grupos, divisões outras, como a dos evangélicos, a dos católicos, a dos que estão organizados em associação (e, às vezes, há mais de uma associação na mesma localidade) e outras subdivisões. O termo *povoado* será utilizado para indicar a unidade territorial, delimitada por fronteiras consensualmente acatadas por seus moradores e reconhecida pelos vizinhos, onde estão situadas as moradias e demais edificações (casas de forno, casas de festa, igrejas, escolas, estabelecimentos comerciais, postos de saúde, quando existentes, e outros) e as áreas de trabalho. Em algumas situações, as áreas de trabalho das famílias de um *povoado* podem se encontrar em outras localidades [...]” (PAULA ANDRADE et al, 2012, p. 13).

⁹ Trabalhos de campo realizados em 2011 e 2012, pelo Grupo de Estudos Rurais e Urbanos (GERUR – DESOC/UFMA) como parte do projeto de pesquisa “Crise ecológica e campesinato: o avanço do *agronegócio* no Leste Maranhense e seus impactos sobre a pequena agricultura”, sob coordenação da Professora

2011. Neste ano, os povoados selecionados para atividades empíricas foram: Santana, Ingá, Boa União, Sucuruju, Pau Serrado, Vertente, Tabatinga dos Vieiras, Barra da Onça, Lagoa das Caraíbas, São José, Facão e Coceira, no município de Santa Quitéria do Maranhão¹⁰; e Juçaral, no município de Urbano Santos.

Após conversas travadas com movimentos sociais, notadamente Fórum Carajás¹¹, com a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), bem como o acompanhamento dos conflitos entre a Suzano e moradores desses povoados em páginas eletrônicas¹², voltamos em trabalhos de campo exploratório, realizado entre os dias 11 a 14 de agosto de 2012, nos povoados de Formiga II, Santana, Lagoa das Caraíbas, Ingá, Vertente e Baixão da Coceira I e II, no município de Santa Quitéria do Maranhão, e Bracinho, no município de Anapurus. Por fim, os trabalhos de campo exploratórios mais recentes, foram realizados entre os dias 1 e 8 de julho de 2013, nos povoados Baixão da Coceira I e São Raimundo, respectivamente nos municípios de Santa Quitéria do Maranhão e Urbano Santos. Tais trabalhos de campo foram essenciais para as informações aqui contidas, resultantes das anotações, entrevistas e oitivas de representantes comunitários e moradores dos povoados citados.

De acordo com o que pode ser delineado até agora a partir dos trabalhos de campo e acompanhamento dos conflitos, a Suzano tem: 1) buscado se apropriar das *chapaçadas*; 2) contestado a posse dos referidos povoados; 3) adquirido terras devolutas de maneira

Maristela de Paula Andrade (DESOC/UFMA), que subsidiaram elementos para a elaboração de um relatório (PAULA ANDRADE et al, 2012, 232 p.) sobre os principais impactos causados pelos *gaúchos* e pela empresa Suzano Papel e Celulose no modo de vida dos camponeses de *povoados* rurais em alguns municípios (Mata Roma, Santa Quitéria do Maranhão e Urbano Santos) do Leste Maranhense.

¹⁰ [...] ao plotar os pontos de GPS, marcados pela equipe [de campo] em cada *povoado*, numa base cartográfica do IBGE, de 2009, constatou-se que, de acordo com esse órgão oficial, três das localidades indicadas (Vertente, Lagoa das Caraíbas e São José) encontravam-se, [...] nos municípios de Milagres do Maranhão e Santana do Maranhão, e não naquele de Santa Quitéria do Maranhão [...]. [Facão encontrava-se numa tríplice fronteira intermunicipal, entre Anapurus, Milagres do Maranhão e Santa Quitéria do Maranhão. Ingá, na fronteira entre Santa Quitéria do Maranhão e Urbano Santos]. [...] Tal confusão na delimitação das fronteiras e, conseqüentemente, nas competências político-administrativas de cada município, denota um descontrole oficial acerca da gestão do espaço territorial e da execução das políticas públicas nessa região, o que, aliado à anarquia fundiária que também se observa ali, termina sendo funcional ao açambarcamento das terras públicas por agentes externos aos grupos *camponeses* [...]. [...] Diante do impasse, [...] conservamos a distribuição das localidades pelos municípios tal como apresentada tanto pelos integrantes de movimentos sociais que realizaram a indicação dos lugares a serem pesquisados, quanto pelos moradores desses *povoados*.” (PAULA ANDRADE et al, 2012, p. 16 e 18).

¹¹ De acordo com o sítio do movimento, o Fórum Carajás é uma teia de entidades do Maranhão, Pará e Tocantins que acompanha as políticas de projetos para a Região do Carajás, promovendo atividades de sensibilização da opinião pública, formação de lideranças, realizando estudos no sentido do fortalecimento do Movimento Popular para uma intervenção mais qualificada nas políticas públicas e conseqüentemente maior democratização na distribuição dos recursos. Cf. <<http://www.forumcarajas.org.br/>> Acesso em 08 jan. 2012.

¹² A saber, os principais sítios consultados foram: *Territórios Livres do Baixo Parnaíba Maranhense* <<http://territorioslivresdobaixoparnaiba.blogspot.com/>> e o *blog Outros Olhares* do assessor jurídico da SMDH, Igor Almeida <<http://blogoutrosolhares.blogspot.com.br/>>.

duvidosa; 4) causado uma gama de impactos ambientais (como captação de água de rios, lagos e lagoas, que prejudica o abastecimento nos povoados); 5) acionado juridicamente moradores desses povoados na luta pela terra; 6) desmatado/queimado as *chapadas* com vistas ao plantio de eucalipto; 7) aliciado moradores como forma de cooptação; 8) ameaçado lideranças dos povoados; 9) procurado invalidar documentos dos órgãos fundiários competentes, como o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA); 10) destruído formas de vida animal e vegetal através dos *correntões*¹³; 11) interditado áreas antes destinadas à agricultura camponesa; 12) comprometido a segurança alimentar dos moradores em tais povoados; 13) enfraquecido as relações entre moradores, tanto internamente, quanto entre os povoados; 14) interferido na dinâmica dos povoados; 15) danificado corpos hídricos e o solo com a utilização de venenos, principalmente herbicidas.

Assim, nos povoados pesquisados, os conflitos emergem em decorrência dos projetos de desenvolvimento da empresa Suzano Papel e Celulose, principalmente quando implantados, já que têm o intuito primordial de desmatar a vegetação nativa para realizar atividade de silvicultura. Além dos monocultivos de eucalipto no Leste Maranhense, como parte da base florestal para futuras fábricas¹⁴ do Grupo Suzano, o Maranhão tem sido palco de outros projetos de desenvolvimento desse Grupo, que paulatinamente vêm sendo implantados e expandidos, como a recém-inaugurada fábrica de papel e celulose em Imperatriz¹⁵, conjuntamente à sua base florestal circundante de eucalipto, nas microrregiões de Imperatriz, Porto Franco, Alto Mearim e Grajaú, Chapada das Mangabeiras e Gerais de Balsas (SIQUEIRA, 2010). Há também a planta industrial em Imperatriz e o Terminal Portuário Grandis, em São Luís, ainda em fase de projeto, como ponta de *um modelo monopolizador dos meios de produção, infraestrutura e distribuição*, bastante difundido na indústria de papel e celulose: *terra-base florestal-fábrica-rodoferrovias-porto*¹⁶ concentrados nas mãos de empresas.

¹³ Grossas correntes, de várias toneladas, amarradas a tratores de esteira e que vão arrancando árvores e toda a vegetação presente nas áreas chamadas *chapadas*, de modo a preparar o terreno para o plantio da soja ou do eucalipto (PAULA ANDRADE, 2011).

¹⁴ Ambas em fase de projeto: uma para produção de celulose, a ser construída nas proximidades de Teresina, no Piauí, e outra para *pellets*, projetada inicialmente para ser instalada no município de Chapadinha, no Leste Maranhense. Esta última faria parte da Suzano Energia Renovável (SER). *Pellets* são partículas desidratadas e prensadas com alto poder calorífico que servem como combustível para caldeiras residenciais, industriais e usinas termoeletricas. Cf. <www.suzano.com.br>. Acesso em 27 ago. 2011.

¹⁵ Em dezembro de 2013, a Suzano colocou em operação, no município de Imperatriz (MA), sua mais nova unidade industrial para produção de papel e celulose de mercado a partir de eucalipto (MARTIN, 2014).

¹⁶ Não necessariamente nessa ordem. No caso citado, tal monopólio se dá de forma intercalada e integrada estrategicamente por relações comerciais complementares, algumas vezes totalmente interdependentes, entre Suzano e Vale, onde o Estado surge como mediador fundamental desde o processo de passar o controle de acesso à terra às empresas, facilitado por debilidades jurídicas, financiamentos bilionários e incentivos fiscais, aos demais fatores locais, como viabilização ou melhoria da infraestrutura. Segundo

Tais investimentos em infraestrutura (fábricas, portos, instalações, acessos rodoferroviários) estão atrelados ao *Novo Ciclo de Crescimento* da Suzano, lançado em 2008. Além disso, os projetos da empresa são defendidos pelo Estado do Maranhão tendo como argumento as suas possíveis consequências positivas, como emprego e renda para população:

A Suzano Papel e Celulose é o carro-chefe do novo Polo Industrial de Imperatriz. A Suzano pretende investir R\$ 4 bilhões e iniciar em 2011 a construção de sua fábrica de celulose no estado. A nova unidade terá capacidade de produzir 1,5 milhão de toneladas de celulose de eucalipto por ano e deve gerar 3,5 mil empregos diretos, sendo mil na área industrial, além de 15 mil postos de trabalho indiretos. Oito mil empregos deverão ser gerados durante a fase de construção da fábrica. A produção deverá ser toda voltada para exportação. A escolha da cidade de Imperatriz para abrigar a nova unidade permitirá à Suzano a utilização da Estrada de Ferro Carajás - EFC para escoar a produção pelo terminal portuário a ser construído em São Luís. A nova fábrica deverá ser transformada na principal referência em produção de celulose no mundo. Além disso, a Suzano criou uma nova empresa - Suzano Energia Renovável - que já iniciou negociações para a implantação, no interior do estado, de duas unidades de produção de pellets de madeira com capacidade de 1 milhão de toneladas/ano, cada (MARANHÃO, 2011, p. 10).

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO CONFLITO NO LESTE MARANHENSE SILVICULTURA EM FOCO

Do ponto de vista histórico, o desenvolvimento geográfico da empresa Suzano Papel e Celulose nos remete para o ano de 1983 quando esta concentrou suas atividades em Urbano Santos, na mesorregião Leste Maranhense¹⁷, tendo como objetivo a implantação de plantios comerciais com o gênero *Eucalyptus*. Porém ocorreu inadaptabilidade das espécies

Martin (2014) e Pöyry (2010) o escoamento de produção da fábrica em Imperatriz está em maior parte garantido por contrato de logística (até 2043) com a Vale: a Suzano construiu um ramal ferroviário de cerca de 28 km que vai de dentro da fábrica até a próxima ferrovia, a Norte-Sul. Daí em diante o transporte ferroviário é operado pela Vale, de onde a carga percorre mais 100 quilômetros até a Ferrovia Carajás, totalizando 630 km de trecho ferroviário até o porto de Itaqui, o que dá uma vantagem de três a quatro dias de transporte para a América do Norte e a Europa em relação aos demais portos das regiões Sul e Sudeste do país. Outra parceria da Suzano com a Vale foi estabelecida na formação da base florestal de eucalipto para fábrica de Imperatriz, através do programa Vale Florestar (em implantação no Pará) e de ativos florestais da Vale no sudoeste do Maranhão, que juntos compõem aproximadamente 84.500 ha de terra, dos quais cerca de 34.500 são campos de eucalipto, em consonância com mais 71.745 ha de terras próprias da Suzano, na microrregião de Imperatriz, sendo 30.700 de área plantada com eucalipto e 2.100 de áreas de infraestrutura. O aval financeiro para consolidação e plena expansão dessa base florestal, sobre a outrora Amazônia da tríplice fronteira Maranhão/Tocantins/Pará, foi (e continua sendo) possível por recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiados à Suzano, no valor de US\$575 milhões, para compor uma **área plantada circundante** da ordem de **154 mil ha de eucalipto** (68% de áreas próprias e 32% de terceiros), área mínima necessária para produção anual máxima da fábrica de Imperatriz, de 1,5 milhão de toneladas de celulose branqueada, sendo que parte será convertida para gerar 500 mil toneladas por ano de papel. A planta da fábrica ocupa uma área total de 1,5 milhão de m², sendo 96 mil de área construída, ao custo de US\$2,4 bilhões financiados junto ao BNDES.

¹⁷ O interesse da Suzano no Leste Maranhense deve-se a vários fatores dos quais podem ser destacados: a proximidade da infraestrutura de escoamento (rodovias, como a BR 135; proximidade para com o Porto do Itaqui, em São Luís), bem como a maior parte de suas terras (do Leste Maranhense) serem classificadas como de boa aptidão para a silvicultura.

de eucalipto utilizadas, levando a empresa a iniciar uma série de pesquisas, visando à seleção de clones adaptados às condições edafoclimáticas da região.

Atualmente são cerca de 500 ha de eucalipto plantados em caráter de pesquisa, distribuídos em cerca de 10 municípios, em estágios diferenciados de desenvolvimento, com resultados que possibilitam a seleção de clones com maior produtividade, melhor capacidade de adaptação, entre outros fatores de desenvolvimento. Todavia, o avanço de qualquer empresa que tenha a *terra*¹⁸ como condição primeira para a expansão do agronegócio da silvicultura não se faz sem conflitos, sem disputas territoriais.

Mais visível ainda é que, apesar de todo esforço de desenvolvimento que tem sido empreendido no estado do Maranhão, esta unidade da federação perpetua-se como uma das mais contrastantes socialmente no Brasil. Tal característica continua sendo utilizada por planejadores e empresários como justificativa para a continuidade dos ciclos de projetos de desenvolvimento econômico, que, porém, historicamente nunca trouxeram a prevista distribuição de riquezas e melhor qualidade de vida à população local, lugar-comum nos Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais (EIA/RIMAs) desses projetos. A título de ilustração, segundo Ferreira (2008), mais de 26% dos 6 milhões de habitantes do Estado não são alfabetizados, mais de 50% dos domicílios não têm acesso à esgotamento sanitário e, 48,87% dos maranhenses recebem até 01 salário mínimo.

Como vimos, os projetos de desenvolvimento da Suzano vêm na esteira do processo de industrialização e modernização do Brasil, conseqüentemente do Maranhão. No entanto, projetar a *ideia* de desenvolvimento requer a *materialização* na *forma* de plantios florestais, plantas industriais, acessos rodoferroviários, portos, que viabilizam o *conteúdo* do processo de produção, distribuição e circulação global do capital. Não obstante, ao *fixar dinâmicas* de acumulação, a implantação de tais projetos, bem como a sua conseguinte operação, não se realiza sem romper o equilíbrio existente do meio ambiente.

Os relatos dos camponeses¹⁹ nos permitem delinear e compreender a situação da luta de classes: o processo de regularização fundiária da região na contemporaneidade

¹⁸ Apoiamos-nos aqui na contribuição realizada por Moraes (2005, p. 104) para quem “[...] a Terra substantiva-se no capitalismo como **condição e meio** de produção, ou melhor, como ampla dotadora de pressupostos e subsídios para as atividades produtivas. Ela fornece a base espacial e as matérias-primas, os instrumentos de trabalho e as fontes de energia, enfim, condições e produtos naturais dotados de um valor passível de ser aferido no mercado capitalista de bens. E tais condições e produtos encontram-se desigualmente distribuídos nos lugares terrestres, o que redundará num valor potencial também variável das diferentes localidades da Terra”.

¹⁹ Por motivos que nos soam óbvios em se tratando da *luta de classes*, como a possibilidade de que os camponeses e trabalhadores com quem travamos diálogos e conversas sejam *objeto de ações judiciais por parte da empresa*, resolvemos resguardar o *anonimato* das pessoas que nos ajudaram a compreender sua situação e dos seus grupos frente à territorialização da empresa.

caminha a passos lentos e, aproveitando-se dessa situação, a Suzano moveu uma ação contra os camponeses na qual atestava que a área de alguns povoados era propriedade dela. Como exemplo de estratégia da empresa para entrar com mais facilidade nos povoados pesquisados, podemos citar a tentativa de “*piçarrar*” (aplanar e colocar piçarra na superfície de estradas, já que o percurso é arenoso) o acesso ao povoado de Vertente, o que indicaria o início das atividades da Suzano no território da comunidade, conseqüentemente o acesso às *chapadas*.

De acordo com alguns camponeses de Vertente, a Suzano alega ser dona de aproximadamente 3.000 dos 5.466 hectares do povoado. Hectares esses que a empresa alega ter comprado, mas sem comprovante; o Estado, na figura do ITERMA, por sua vez, aponta que a terra é devoluta. Tais camponeses contam que desde meados dos anos 2000 a Suzano intenta desmatar as áreas de *chapada* e fazer o plantio de eucalipto. No polo Coceira, a situação do conflito é a seguinte:

[...] [a] resistência das famílias do chamado Polo Coceira [...] redundou na judicialização do caso e na acusação, pela empresa [Suzano Papel e Celulose], de vários trabalhadores que resistiram à devastação de uma área de *chapada* que, segundo eles, lhes pertence. Sendo assim, as famílias de Baixão da Coceira I, Lagoa das Caraíbas, Coceira e São José, por seu lado, movem, desde 2006, processo junto ao ITERMA [Instituto de Terras do Maranhão], questionando a legitimidade dos títulos de terra apresentados pela Suzano e afirmam se tratar de terras devolutas (PAULA ANDRADE et al, 2012, p. 144).

Em 20 de agosto de 2012, o ITERMA – o órgão fundiário estadual –, dando seguimento à denúncia feita pelas Associações de Moradores do Polo Coceira, informou às lideranças em audiência que as terras reivindicadas pela Associação de Moradores de Baixão da Coceira I e pela Associação de Moradores de Coceira fazem parte de uma área maior de terra denominada Gleba C, de 13.600 hectares, pertencente ao Estado do Maranhão, tendo sido arrecadada por meio de ação discriminatória administrativa realizada no começo da década de 1980, conforme constam em Portaria 141/81, do ITERMA, e Livro de Registro Geral de Imóveis de nº 2, fls. V.167, Matrícula nº 302-A, data de 25 de junho de 1983 (Serventia Extrajudicial Comarca de Santa Quitéria do Maranhão/MA). O que significa que boa parte das terras onde a empresa Suzano Papel e Celulose pretende implantar ou já vem implantando suas atividades na região trata-se de terras devolutas estaduais. (CARVALHO, 2012, p. 185).

Diante do açambarcamento de terras devolutas, os camponeses ocuparam e autodemarcaram áreas de *chapadas* que utilizam há séculos e que reclamam como parte essencial do seu território (FIGURA 02), havendo o choque de interesses camponeses *versus* agricultura capitalista. Estas ações geram (re)ações de natureza contra-hegemônica, tais como acampamento e vigília na área autodemarcada, ao confronto direto quando houve ameaça iminente à preservação de tais áreas, até recorrerem por fim às denúncias pelos movimentos sociais, junto ao Ministério Público, imprensa, órgãos fundiários e ambientais.

Figura 02 - Mosaico 01: Área de *chapada* mantida por resistência das famílias camponesas, à esquerda, em Santa Quitéria do Maranhão, e à direita, em Urbano Santos.



Fonte: Foto à esquerda: Renan Gomes Oliveira, maio 2011; Foto à direita: Danniell Madson V. Oliveira, jul. 2013.

Na tentativa de cooptação e neutralização, a Suzano chegou a oferecer biblioteca e laboratório de informática para moradores de determinados povoados, como foi o caso de Vertente. Há relatos, comuns aos camponeses nos povoados pesquisados, da pressão que a empresa faz na tentativa de se apropriar das terras de onde extraem o bacuri, o pequi; as *chapadas* são lugares de muitas caças, como cotia, veado, paca e tatu; é também o lugar de refrigério e alimentação de pequenas e médias criações, como bovinos, suínos e caprinos. Logo, a pressão que a Suzano faz coloca em risco a economia camponesa, uma vez que torna tais grupos vulneráveis a reproduzirem a sua existência.

É comum ouvir dos camponeses relatos de que foram *ameaçados* e de que a própria Suzano tenta invalidar documentos do ITERMA, bem como diz ter adquirido as terras e pagar o Imposto Territorial Rural (ITR) desde o ano 2001. A situação de *conflito fundiário* faz com que os camponeses se queixem da demora dos órgãos competentes do Estado, como é o caso do ITERMA – no âmbito estadual, e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária²⁰ (INCRA) – no âmbito federal.

²⁰ O nascimento do INCRA foi assim dissertado por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007, p. 122, grifos em negrito nossos): “O período de existência dos dois órgãos promotores da contra-reforma agrária dos militares, IBRA [Instituto Brasileiro de Reforma Agrária] e INDA [Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário], de 1964 a 1970, esteve marcado por um processo intenso de corrupção, grilagens e venda de terras para estrangeiros. Aliás, este fato ganhou projeção nacional e internacional. Em nível nacional, acabou desembocando, em 1968, na constituição, pelo Congresso Nacional, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as denúncias veiculadas pela imprensa.

No entanto, os camponeses rebeldes, que não aceitaram a perda da relativa autonomia que gozam junto ao seu *lugar social*²¹, resistiram e resistem à intencionalidade da empresa, e vários deles, de diferentes povoados, se reuniram para enfrentar a empresa que se diz proprietária das terras. Tais camponeses alegam que a Suzano matou muitos animais, caças, destruiu muitos pés de bacuri, pequi, via *correntão*.

Com efeito, a luta pela terra (Suzano *versus* camponeses), compromete a própria existência desse campesinato. Se a terra é apropriada de forma capitalista, o conteúdo altera-se, deixa de ser uma agricultura camponesa (fundada em cultivos basilares como mandioca e arroz) e torna-se agricultura capitalista (baseada na produção de eucalipto para reprodução, distribuição e circulação global do capital). Não obstante, a economia camponesa é atingida não só na agricultura, mas também no extrativismo vegetal, a exemplo do bacuri e do pequi. A importância da *terra*, aliada ao *trabalho familiar camponês*, interconecta, no âmbito da *economia camponesa*, agricultura, extrativismo vegetal, “coleta de plantas medicinais (tingidor, sucupira, candeia, alecrim, mangaba braba); extração de madeiras (tingidor, sucupira, candeia, folha larga); caça (veado, cutia, paca) e pastagem de animais (capim agreste)” (PAULA ANDRADE et al, 2012, p. 76-77).

O resultado da CPI, como se viu, foi a elaboração de um relatório — Relatório Velloso — e a comprovação do envolvimento de inúmeros brasileiros particulares e funcionários do IBRA e de cartórios públicos na grande falcatura da venda de terras a estrangeiros, sobretudo na Amazônia.

Como se pode observar, os órgãos coordenadores da reforma agrária, IBRA e INDA, estavam envolvidos nos episódios da venda de terras a estrangeiros, e parte da concessão de recursos internacionais obtidos junto aos organismos financeiros mundiais vinha ‘amarrada’ à necessidade de o governo brasileiro promover a reforma agrária, uma das razões dos focos de tensão no campo durante o governo João Goulart.

Entretanto, como não era real a intenção do governo militar do Marechal Castelo Branco de fazer a reforma agrária quando assinou o Estatuto da Terra, parte de sua implementação foi sendo adiada. Por exemplo, o GERA (Grupo Interministerial de Trabalho sobre a Reforma Agrária) só foi criado em 1969, quando uma missão da FAO - Food Agricultural Organization, órgão da ONU — Organização das Nações Unidas, visitou o Brasil. Deste encontro nasceu a sugestão de fusão do IBRA e do INDA em um único organismo para melhor implementar a reforma agrária.

Assim foi que nasceu o INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, através do Decreto-Lei nº 1.110, de 09/07/70. Estava sendo arquitetada outra parte do plano da geopolítica militar para a Amazônia. Era preciso levar trabalhadores para que fosse possível implementar os planos da ‘Operação Amazônia’, pois de nada adiantariam grandes projetos agrominerais e agropecuários em uma região onde faltava força de trabalho. A alternativa foi a mesma empregada de há muito em território brasileiro para suprir a falta de trabalhadores: lançar mão de programas de colonização. Juntava-se assim a *‘fome com a vontade de comer’*.”

²¹ Valemo-nos aqui das observações do geógrafo Armando Corrêa da Silva (1991), quando este brilhantemente sentencia: “O *lugar social* não existe sem o *grupo social* que lhe é próprio, como ter, ser, estar e haver”. Por isso, compreendemos que o lugar social é marcadamente humano e o espaço é o âmbito da existência, das produções e reproduções humanas objetivas.

DIMENSÃO DA LUTA CAMPONESA: ESCALAS E TENSÕES

Outra questão importante: a *geografia das lutas de classe*, entre os camponeses da mesorregião Leste Maranhense e a Suzano, se materializa em várias escalas. A escala *local* é onde os conflitos se concretizam com maior veemência; mas isso não exclui o papel de outras escalas. A Suzano executa seu projeto de territorialização de modo *regional*²², envolvendo o Maranhão e o Piauí; por outro, os camponeses atingidos, ao lutarem por aquilo que desejam manter (como a posse da terra) operam em escalas que suplantam o nível local, quando se articulam *regionalmente* ou quando requerem a presença do ITERMA (órgão estadual, escala estadual) no que tange a deliberação de suas questões.

Tem-se que ambos os sujeitos estão em movimento, um ir e vir perpétuo cujas ações compreendem produções do espaço distintas: se os camponeses produzem seus roçados em sua atividade metabólica com a natureza via *trabalho*²³, por exemplo, a Suzano produz espaço à *sua imagem e semelhança*: plantios florestais, plantas industriais, acessos rodoferroviários, terminal portuário. Para os camponeses, o espaço é o âmbito da essência de ser camponês (o trabalho familiar como práxis criadora) ao mesmo tempo em que é o lugar de realização da existência (a vida social em comunidade) (FIGURAS 03 e 04).

²² A compreensão do que vem a ser *regional* está atrelada à definição de *regiões* que fez David Harvey (2010, p. 88): configurações relativamente estáveis de economias regionais que alcançam certo grau de coerência estruturada em termos de produção, distribuição, troca e consumo.

²³ “O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é a condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural e eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais” (MARX, 2010, p. 218). O filósofo marxista húngaro György Lukács, na trilha deixada por Marx, atentou para a centralidade ontológica do trabalho: “A essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx, é um resultado que no início do processo existia ‘já na representação do trabalhador’, isto é, de modo ideal” (LUKÁCS, 2012, p. 5).

Figura 03 - Mosaico 02: quatro gerações da mesma família camponesa trabalham juntas na época da *farinhada*. Povoado Baixão da Coceira I, Santa Quitéria do Maranhão.



Fonte: Fotos: Danniel Madson V. Oliveira, jul. 2013.

Figura 04 - Mosaico 03: o espaço à imagem e semelhança da Suzano. Parte superior: à esquerda, plantio experimental de eucalipto da Suzano no Leste Maranhense; À direita, maquinário utilizado para o monocultivo de eucalipto no Leste Maranhense; Parte inferior: à esquerda: Lagoa do Alto Bonito. Pesquisadora fotografa trecho de onde caminhão-pipa de terceirizada da Suzano subtrai águas para irrigação de plantação de eucalipto. Povoado Lagoa dos Costa, Urbano Santos; À direita, mangueira do caminhão-pipa de terceirizada da Suzano subtraindo águas da Lagoa do Baixão. Povoado Baixão da Coceira I, Santa Quitéria do Maranhão.



Fontes: Foto superior à esquerda: Danniel Madson V. Oliveira, jul. 2013; Foto superior à direita: Danniel Madson V. Oliveira, mar. 2011; Foto inferior à esquerda: Danniel Madson V. Oliveira, mar. 2011; Foto inferior à direita: Aline Maciel de Carvalho, jul. 2011.

Dessa forma, a *teia da vida sócio-ecológica*²⁴ dos camponeses envolve a sociabilidade dos grupos e os sistemas ecológicos. Empiricamente, podemos citar os camponeses do Leste Maranhense que desenvolvem sua sociabilidade dentro da mesma comunidade, mas também entre outros grupos de camponeses. Tais relações são complexificadas pelas mediações que os grupos camponeses travam com os sistemas ecológicos, como as *chapadas*. A teia da vida se constrói justamente nessa relação social entre camponeses e *chapadas*, por exemplo. Esta relação com a natureza travada pelos camponeses é uma relação de *objetivação*²⁵, ou seja, uma relação socialmente ineliminável na qual sujeitos sociais em questão partem de uma práxis criadora (trabalho, especificamente o familiar) apropriam-se dos objetos (elementos) naturais (folhas da palmeira babaçu ou varas de *taboca*, por exemplo) e produzem manualmente utensílios domésticos e de trabalho (como os *côfos*, que são cestos de palha trançada, das folhas do babaçu, ou *jacús*, cestos feitos a partir de varas trançadas de uma espécie de bambu – que chamam *taboca* – FIGURA 05).

²⁴ A metáfora da teia da vida em Harvey diz respeito às sociabilidades realizadas em distintos sistemas ecológicos nos quais os grupos sociais arquitetam sua sobrevivência no mundo. A metáfora permite compreender a interação dialética desenvolvida pelos grupos sociais em relação com o sistema sócio-ecológico. Em suas palavras: “desenvolvimentos geográficos desiguais refletem as diferentes formas em que diferentes grupos sociais têm materialmente incorporado seu modo de sociabilidade na teia da vida, entendida como uma evolução do sistema sócio-ecológico” (HARVEY, 2006, p.77).

²⁵ Marx (2006, p. 144, grifos em negrito nossos) chamou clara atenção para o processo de objetivação: “portanto, a **objetivação** da essência humana, tanto do ponto de vista teórico como prático, é **necessária** para *humanizar os sentidos* do homem e criar a *sensibilidade humana* correspondente a **toda a riqueza do ser humano e natural**”. Vemos, portanto, que a ação de objetivar é produzida subjetivamente (ou seja, por um sujeito individual/concreto/singular/racional) ao tomar um objeto (seja ele natural ou técnico) e trazê-lo para o campo das significações objetivas do homem. O homem, o verdadeiro e único sujeito racional objetivador (que se objetiva), antecipa mentalmente aquilo que produzirá na prática. Essa prática materializada em um objeto, esse “processo que articula a conversão do idealizado em objeto - sempre com a transformação de um setor da realidade - é denominado por Lukács de objetivação” (LESSA, 2007, p. 38).

Figura 05 - Mosaico 04: Parte superior: à esquerda, camponês confeccionando um *côfo*; à direita, *côfo* utilizado para armazenamento de farinha. Parte inferior: à esquerda, *jacá* sobre cocos de babaçu; à direita, retirada manual da polpa de bacuri pelo camponês. Povoado Juçaral, Urbano Santos.



Fonte: Danniell Madson V. Oliveira, março/ 2011.

Vemos, portanto, que a base natural (a natureza, ou as *chapadas*, por exemplo) é o alicerce sobre o qual se ergue o ser social (camponês, nesse caso específico) que nunca é redutível à natureza (apesar de partir dela) ou ainda ao trabalho (mesmo sendo este o ato primário do ser social).

A sociedade, racionalmente, se apropria, a partir de seus poderes e faculdades, dos objetos naturais que existem fora dele. Essa apropriação via trabalho traz tais objetos para o campo da ação dos homens. Com o intuito de satisfazer uma necessidade (construir uma casa, um telhado, fazer um *côfo*, um cesto, etc.) os homens antecipam na consciência a ação. Fazendo uso de suas faculdades, por exemplo, os camponeses exteriorizam seus conhecimentos no mundo objetivo. Esse mundo objetivo é o espaço de realização da sua existência (a vida social, a sociabilidade) mediado pela essência (a práxis criadora, o trabalho). O espaço ganha contornos ontológicos uma vez que ele é o âmbito da existência e existir é *existir-no-espaço*. O existir-no-espaço acontece quando os seres humanos produzem e reproduzem seus atos teleológicos objetivamente (no espaço).

CONCLUSÃO

Não foi objetivo aqui exaurir todos os questionamentos que surgem quando se abordam temas relacionados ao desenvolvimento capitalista, conflitos sociais, impactos ambientais e camponeses. Trata-se de uma aproximação crítica a estas temáticas cuja centralidade está assentada sob a qualidade da *terra-mercadoria*.

Ao analisarmos nossa história nacional é perceptível que, pelo menos desde 1930, o Estado brasileiro tem assumido a missão de desenvolver o país. Nas entrelinhas do desenvolvimento pode-se ler a saída de um Brasil agrário para um Brasil urbano, no qual a ruralidade é apresentada como o atraso de uma sociedade que se urbaniza.

Para tanto, a urbanização e a modernização requerem obras de infraestrutura de elevado custo com o intuito de fomentar a industrialização. Assim, o desenvolvimento industrial de grande porte que o Brasil começou a experimentar nas décadas de 1930 a 1950 intensificou-se na década de 1970, em pleno Regime Militar. O Estado brasileiro interferia maciçamente na economia nacional, pois os governos militares estavam determinados a transformar o Brasil num país capitalista desenvolvido e numa potência emergente. O milagre econômico possibilitou pesados investimentos em ferrovias, portos, rodovias, hidrelétricas, telecomunicações, indústria de transformação, mineração, papel e celulose.

A Suzano, nesse setor de papel e celulose, é um agente fundamental e traz importantes questões para se analisar as contradições do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro. Inegavelmente, como tem alertado Ariovaldo Umbelino de Oliveira, é a qualidade da *terra-mercadoria* a principal problemática agrária do Brasil.

Não obstante, a Suzano ao se territorializar no Maranhão tem entrado em conflito com camponeses que possuem uma lógica distinta da empresa na forma de se apropriar do conteúdo do território. Os camponeses usufruem dos elementos naturais como *forma* de produzir e reproduzir materialmente o *conteúdo* de sua *existência* e *sociabilidade* baseada pelo trabalho familiar. Já a Suzano se apropria da terra, por vezes de maneira ilegítima e fraudulenta, para subjugar-la à exploração produtiva e comercial.

Por isso tudo, se faz necessário outro modelo de desenvolvimento. Um modelo de desenvolvimento que propicie o progresso humano. Progresso esse no qual há uma utilização plena e racional dos recursos naturais que objetiva suprir as necessidades básicas dos seres humanos com o intuito de transformar quantitativamente e qualitativamente a própria sociedade, seu espaço, sua história, enfim, o gênero humano. Para o campo, este modelo de desenvolvimento deve necessariamente passar pela Reforma Agrária, pelo combate à grilagem/corrupção/violência, criação de assentamentos novos,

descriminalização dos movimentos sociais, bem como demarcação de todas as formas de uso comum da terra. Desse modo julgamos que o campesinato desempenha um papel fundamental, ímpar, na construção de uma nova ordem social, uma sociedade comunista.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 13-35.
- AQUINO, M. J. S; SANT'ANA JÚNIOR, H. A. Ferro, “Canga”, Mangue: conservação ambiental e exploração mineral na Amazônia brasileira. In: FERRETTI, S. F.; RAMALHO, J. R.. (Orgs.). **Amazônia: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural**. São Luís: EDUFMA, 2009. 224p.
- CARVALHO, A. M. de. **Chapadas, carrascos e capões: uma abordagem antropológica sobre camponeses numa situação de conflito fundiário no Baixo Parnaíba, Maranhão**. 2012. 235f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo - Brasil 2012**. Goiânia: CPT Nacional - Brasil: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2013. 188p.
- FERREIRA, A. J. A. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. 2008. 269f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GOLDENSTEIN, L. **Aspectos da reorganização do espaço brasileiro face às novas relações de intercâmbio: uma análise geográfica do reflorestamento e da utilização da madeira por indústrias de celulose**. 1975. Tese (Livre-Docência em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- HARVEY, D. **Espaços de esperança**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. Loyola: São Paulo, 2004. 382p. Tradução de: Spaces of hope.
- _____. **O novo imperialismo**. 4 ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral & Maria Stela Gonçalves. Loyola: São Paulo, 2010. 208p. Tradução de: The new imperialism.
- _____. **Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development**. New York: Verso, 2006. 154p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: várias datas.
- LESSA, S. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3 ed. Ijuí-RS: Unijui, 2007. 240p.
- LUKÁCS, G. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Disponível em: <<http://sergiolessa.com/BibliotecaLukacs.html>>. Acesso em: 01 set. 2012.

MARANHÃO. **O Maranhão e a nova década: oportunidades e desafios**. 2011. Disponível em: <www.ma.gov.br>. Acesso em: 26 de out. 2011.

MARQUES, M. I. M. **Análise geográfica da expansão recente da indústria de papel e celulose no campo brasileiro, o caso do Grupo Suzano Papel e Celulose**. Projeto de Pesquisa apresentado ao CNPq - Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, Agosto de 2011.

MARTIN, C. Suzano Papel e Celulose inicia operações da Unidade Imperatriz: empresa cumpre cronograma e anuncia start-up da planta de 1,5 milhão de toneladas de celulose no Maranhão. **O Papel**, Brasil, ano LXXV, n° 1, pp. 26-33, revista mensal de tecnologia em celulose e papel da ABTCP, jan. 2014.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2010. 288p.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2006. 216p. Tradução de: Ökonomisch-philosophischen Manuskripte.

_____. **O Capital: crítica da economia política: livro I**. 27 ed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2010. 574p. Tradução de: Das Kapital: kritik der politischen ökonomie.

MORAES, A. C. R. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. 4 ed. São Paulo: Annablume, 2005. 160p.

OLIVEIRA, A. Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. Contexto: São Paulo, 2001. 128p.

_____. Geografia Agrária: perspectivas no início do Século XXI. In: OLIVEIRA, A. U; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). **O Campo no Século XXI**. São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004, p. 29-70.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. 2007. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/livro_aviovaldo.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2011.

PAULA ANDRADE, M. de. A produção de carvão vegetal e o plantio de eucalipto no Leste Maranhense. In: _____. (Coord.). **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** Relatórios de pesquisa. São Luís: CPT; Belém: Coordenação do Seminário Consulta Carajás, 1995. p.15-65.

_____. **A Suzana – o cerco das terras camponesas e a destruição dos recursos naturais pela Suzano Papel e Celulose**. 2011.

_____. (Coord.). **Conflitos socioambientais no Leste Maranhense: problemas provocados pela atuação da Suzano Papel e Celulose e dos chamados *gaúchos* no Baixo Parnaíba (Relatório de Pesquisa)**. São Luís: GERUR/ PPGCS/ UFMA, 2012. 232p.

PÖYRY. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA) Industrial: Suzano Papel e Celulose - Projeto Grandis (MA)**. 2010. Disponível em: <<http://www.suzano.com.br/portal/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C90884B41DA59D80141DC415552371D>>. Acesso em: 09 fev. 2014.

SILVA, Armando C. da. **Geografia e lugar social**. São Paulo: Contexto, 1991. 144p.

SIQUEIRA, J. D. P. (Coord.). **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da área de implantação do projeto florestal da Suzano, na região de Porto Franco, estado do Maranhão**. 2010. Disponível em:

<<http://www.suzano.com.br/portal/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C90884B3F61229D013F61B8DB53194A>>. Acesso em: 09 fev. 2014.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250p. Tradução de: Uneven development: nature, capital and the production of space.

WOLF, E. R. **Guerras Camponesas do século XX**. Tradução de Iolanda Toledo. São Paulo: Global Editora, 1984. 230p. Tradução de: Peasant wars of the Twentieth Century.